



Portal de Legislação do Município de Carazinho / RS

LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 27/12/2007

CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES TITULARES DE CARGO EFETIVO NO MUNICÍPIO DE CARAZINHO - PREVICARAZINHO, ESTABELECE NORMAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 29/10/01 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILSON PAESE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARAZINHO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I - DA CRIAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, SEDE, FORO E FINALIDADE

Art. 1º O Regime Próprio de Previdência dos servidores titulares de cargo efetivo do Município de Carazinho é constituído e organizado nos termos desta Lei, administrado por órgão descentralizado.

Art. 2º Fica instituído o Instituto de Previdência dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município de Carazinho - PREVICARAZINHO, na forma jurídica de autarquia, com personalidade jurídica de direito público interno, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Carazinho/RS.

Art. 3º O PREVICARAZINHO tem por finalidade garantir aos servidores segurados e aos seus dependentes a concessão, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários previstos por esta Lei. **(NR)** *(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 180, de 23.04.2014)*

~~Art. 3º O PREVICARAZINHO tem por finalidade garantir aos servidores segurados, o pagamento de proventos das aposentadorias, auxílio-doença, salário-maternidade, salário-família, e aos seus dependentes, pensão por morte e auxílio-reclusão. *(redação original)*~~

CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS

Art. 4º A administração do PREVICARAZINHO é composta pelos seguintes órgãos:

- I - Órgão Gestor da Previdência Municipal;
- II - Conselho Deliberativo;
- III - Conselho Fiscal.

Art. 5º O Órgão Gestor da Previdência Municipal, com atribuições de administração, é formado por um Presidente e por um Diretor Administrativo/Financeiro e serão auxiliados por um Quadro de Servidores Auxiliares que poderão ser cedidos pelo Poder Executivo.

§ 1º O ato de nomeação do Presidente e Diretor do Órgão Gestor da Previdência Municipal será por Decreto do Poder Executivo.

§ 2º O cargo de Presidente será comissionado e exercido por servidor segurado, ativo com estabilidade ou inativo, possuir formação em curso médio ou superior de ensino e será nomeado pelo Prefeito, para um mandato de dois (02) anos, permitida somente uma recondução.

§ 3º O cargo de Diretor Administrativo/Financeiro será comissionado, eleito mediante sufrágio universal dentre os segurados, ativos com estabilidade e inativos, por meio de votação direta e secreta a ser realizada até sessenta dias antes do final de cada mandato. O candidato deverá possuir formação em curso médio ou superior de ensino. **(NR)** *(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 123, de 09.04.2008)*

§ 4º A eleição de que trata o parágrafo anterior será regida por regulamento editado previamente por comissão eleitoral, composta por no mínimo cinco membros segurados do regime próprio de previdência, indicados pelas entidades de classe ou representativas dos servidores municipais e pelo Órgão Gestor, na proporção de um para cada, sendo nomeados pelo presidente do PREVICARAZINHO.

§ 5º Para o primeiro pleito de escolha do cargo de Diretor Administrativo/Financeiro de que trata o parágrafo § 3º, a comissão eleitoral será a que foi determinada pelo Decreto Executivo 004/02.

§ 6º O mandato do Diretor Administrativo/Financeiro, citado no parágrafo terceiro, será de 02 (dois) anos, permitida somente uma recondução, com exceção para o pleito de 2014, onde o mandato será majorado para 03 (três) anos, a ser exercido de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, mantendo nos mandatos posteriores o prazo estabelecido de 02 (dois) anos. **(NR)** *(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 177, de 30.12.2013)*

§ 7º Os membros do Órgão Gestor da Previdência Municipal deverão atender as seguintes exigências:

- I - ter estabilidade em se tratando de servidor ativo;
- II - não ter incorrido em falta apurada em processo administrativo ou condenação criminal, transitadas em julgado.

§ 8º É vedado aos membros do Órgão Gestor do PREVICARAZINHO participar ou fazer parte de entidades de classe ou representativas dos servidores municipais, devendo desvincular-se oficialmente destes no ato de nomeação.

§ 9º Em caso de vacância do cargo do Presidente do Órgão Gestor, por qualquer motivo, o Prefeito nomeará um substituto no prazo de 10 (dez) dias para cumprir o prazo restante do mandato.

§ 10. Em caso de vacância do cargo de Diretor Administrativo/Financeiro, o Prefeito nomeará no prazo de 10 dias, para cumprir o prazo restante do mandato, o Presidente do Conselho Deliberativo do PREVICARAZINHO, em primeira ordem, o Presidente do Conselho Fiscal, em segunda ordem e por último, em caso de não aceitação pelos citados, será feito à indicação por meio de votação entre os membros titulares de ambos os Conselhos.

§ 11. Os critérios de mandato de 2 (dois) anos e uma recondução, estabelecidos nos parágrafos 2º e 6º deste artigo passarão a vigorar a partir de 01/01/2009.

§ 12. Os mandatos estabelecidos nos parágrafos 2º e 6º deste artigo, para a primeira nomeação no Instituto terão prazo até 31/12/2008 permitindo-se a recondução do primeiro Presidente e do primeiro Diretor Administrativo/Financeiro do Instituto por duas vezes.

§ 13. A hipótese prevista no parágrafo anterior referente à possibilidade de recondução do primeiro Presidente e do primeiro Diretor Administrativo/Financeiro do Instituto somente será válida se as nomeações ocorrerem antes de 31/12/2008.

~~Art. 5º (...)~~

~~§ 3º O cargo de Diretor Administrativo/Financeiro será comissionado, eleito mediante sufrágio universal dentre os segurados que possuir formação em curso médio ou superior de ensino, ativos com estabilidade e inativos, por meio de votação direta e secreta a ser realizada até sessenta dias antes do final de cada mandato.~~

~~§ 6º O mandato do Diretor Administrativo/Financeiro, citado no parágrafo terceiro, será de dois (02) anos, permitida somente uma recondução: (redação original)~~

Art. 6º O cargo em comissão de Presidente do Órgão Gestor da Previdência Municipal, terá remuneração igual á de Secretário Municipal.

§ 1º O exercente do cargo em comissão de Presidente fará jus, além da remuneração prevista no *caput*, a férias anuais de 30 (trinta) dias com remuneração acrescida de 1/3 (um terço) e 13º (décimo terceiro) salário.

§ 2º O servidor segurado designado para exercer a Presidência, perceberá a remuneração do cargo em comissão de presidente do Órgão Gestor da Previdência Municipal e, havendo diferença de remuneração a maior do seu cargo efetivo, essa defasagem será completada pelo Tesouro Municipal.

Art. 7º O cargo de Diretor Administrativo/Financeiro, terá remuneração equivalente a CC-6/FG-6 dos Servidores Cargos em Comissão do Município.

Art. 8º As despesas de remuneração do presidente e Diretor Administrativo/ Financeiro serão suportadas pelas receitas do PREVICARAZINHO oriundas da taxa de despesas administrativas.

Art. 9º O Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, a partir de 01/01/2010, serão formados por segurados ativos, inativos/pensionistas, representantes do Governo Municipal e representante da sociedade civil, nas proporções previstas nos artigos 14 e 18, nomeados pelo Prefeito, para exercerem a função de membros titulares e suplentes dos Conselhos, por um período de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Seção I - Do Órgão Gestor da Previdência Municipal

Art. 10. O Órgão Gestor da Previdência Municipal desempenhará suas funções na forma desta Lei e de seu Regulamento Interno que deverá ser criado em até 180 dias após a promulgação desta Lei.

Art. 11. Compete ao Presidente:

- I - a direção e administração geral;
- II - representar ativa e passivamente o PREVICARAZINHO em suas relações com o Município, com órgãos e entidades públicas e privadas e pessoas física ou jurídica interessada;
- III - convocar os membros do Conselho Deliberativo;
- IV - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo e a legislação do PREVICARAZINHO;
- V - expedir resoluções e ordens de serviços necessárias ao bom funcionamento do PREVICARAZINHO;
- VI - contratar, na forma da lei e após aprovação do Conselho Deliberativo, a prestação de serviços à gestão dos ativos do PREVICARAZINHO;
- VII - avocar o exame e a solução de quaisquer assuntos pertinentes ao Órgão Gestor e ao PREVICARAZINHO;
- VIII - delegar competência ao Diretor Administrativo/Financeiro;
- IX - submeter às contas, os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais do PREVICARAZINHO para deliberação do Conselho Deliberativo, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal e do órgão de controle interno, inclusive, se for o caso, de auditoria independente;
- X - acionar judicialmente, após autorização do Conselho Deliberativo, os Órgãos do Poder Público Municipal para compeli-los a efetuar os depósitos das contribuições previdenciárias devidas;
- XI - autorizar pagamentos limitados para prestadores de serviços conforme [Lei 8.666/93](#), reajustado pelo IGP-M-FGV a partir da vigência desta lei;
- XII - abrir conta bancária em instituições financeiras oficiais e representar o PREVICARAZINHO perante essas instituições, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo.
- XIII - conceder, alterar ou extinguir os benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais de cargo efetivo. **(AC)** (inciso acrescentado pelo [art. 2º da Lei Complementar nº 180](#), de 23.04.2014)

Art. 12. Ao Diretor Administrativo/Financeiro compete o desempenho das atividades pertinentes às funções específicas e auxiliar o Presidente nas atividades do PREVICARAZINHO.

§ 1º Na ausência do Presidente o Diretor Administrativo/Financeiro será seu substituto e deverá ser empossado e nomeado por intermédio de Portaria do Executivo Municipal.

§ 2º A ausência de que trata o parágrafo anterior refere-se ao afastamentos das funções do cargo de Presidente por motivos de doença, viagem, férias ou outro motivo de afastamento por período maior do que um dia.

Art. 13. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder servidores de seus quadros, para exercer as atividades auxiliares na esfera administrativa, sem ônus para o PREVICARAZINHO.

Parágrafo único. Não havendo cedência por parte do Poder executivo Municipal, fica o PREVICARAZINHO autorizado a contratar, excepcionalmente e até a efetivação do concurso público, empregados ou prestadores de serviço para preencherem os cargos acima.

Seção II - Do Conselho Deliberativo

Art. 14. O Conselho Deliberativo é órgão de normatização e de decisão do PREVICARAZINHO e terá 07 (sete) membros:

- I - 02 (dois) representantes do Governo Municipal;
- II - 04 (quatro) representantes dos servidores, segurados do PREVICARAZINHO, ativos, inativos e pensionistas, sendo dois representantes dos servidores segurados ativos, 01 (um) representante segurado ativo do quadro do

Magistério Municipal e 01 (um) representante dos servidores inativos e pensionistas, escolhidos mediante processo eleitoral pelos segurados do PREVICARAZINHO; e

III - 01 (um) representante da sociedade civil, escolhido pelo Presidente do Legislativo Municipal a partir de lista tríplice elaborada pela Câmara Municipal.

§ 1º O Presidente do Conselho e seu suplente deverão, necessariamente, ser segurados do PREVICARAZINHO e serão escolhidos entre seus membros.

§ 2º O suplente do Presidente do Conselho Deliberativo substituirá o titular na sua ausência ou impedimento temporário, devendo ser indicado novo titular para cumprir o restante do mandato no caso de vacância por qualquer motivo.

§ 3º O Conselho Deliberativo reunir-se-á, inicialmente, em sessões ordinárias mensais e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou a requerimento, de 3 (três) de seus membros; do Conselho Fiscal; do Presidente do Órgão Gestor, sendo 4 (quatro) membros o número de quorum mínimo para a instalação do Conselho, ficando assegurada a participação dos membros do conselho nas sessões sem prejuízo de suas funções do cargo efetivo.

§ 4º As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas por votos da maioria simples.

§ 5º Os membros do Conselho Deliberativo perderão o mandato, nas seguintes hipóteses:

I - que deixar de comparecer em duas sessões ordinárias consecutivas ou, no ano, em três sessões alternadas;

II - por renúncia expressa;

III - ao perder a condição de segurado do PREVICARAZINHO;

IV - por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Deliberativo, nas seguintes hipóteses:

a) prática de ato lesivo aos interesses do PREVICARAZINHO;

b) desídia no cumprimento do mandato;

c) infração ao disposto nesta lei;

d) por motivos de impedimento;

V - em virtude de sentença criminal condenatória, transitada em julgado.

§ 6º A decisão de que trata o inciso IV do parágrafo 5º será precedida de processo administrativo de que conste denúncia escrita e se assegure ampla defesa ao denunciado.

§ 7º Em qualquer das hipóteses do parágrafo 5º, será dada posse ao Suplente, e, na falta deste, o presidente do Órgão Gestor procederá à nomeação de um servidor segurado para recompor o conselho.

§ 8º Na falta de 3 (três) membros eleitos, titulares ou suplentes, será convocada nova eleição, destinada a recompor o Conselho Deliberativo.

§ 9º Os membros do Conselho Deliberativo, bem como os respectivos suplentes, não receberão qualquer espécie de remuneração.

§ 10. Para compor o Conselho Deliberativo os membros deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - possuir, preferencialmente, formação em curso médio de ensino, se eleito;

II - possuir preferencialmente, formação em curso médio ou superior de ensino, se designado pelo Senhor Prefeito;

III - não ter incorrido em falta apurada em processo administrativo ou condenação criminal, transitadas em julgado;

IV - apresentar certidão negativa judicial de processo administrativo disciplinar e de feitos criminais;

V - ter estabilidade em se tratando de servidor ativo.

Art. 15. Compete, privativamente, ao Conselho Deliberativo:

I - instituir, aprovar e alterar o seu Regulamento Interno;

II - definir e aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do PREVICARAZINHO;

III - acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos;

IV - autorizar o pagamento antecipado da gratificação natalina;

V - determinar a realização de inspeções e auditorias, inclusive contratar, na forma da lei, auditores independentes;

VI - apreciar e aprovar a prestação de contas anual do PREVICARAZINHO a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado;

VII - autorizar a contratação, na forma da lei, de instituição financeira oficial para a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e demais serviços correlatos à custódia de valores, bem como, a prestação de serviços de gestão e administração do cadastro social e financeiro dos servidores e gerir folha de pagamento do Órgão Gestor e dos beneficiários.

VIII - autorizar o Presidente do PREVICARAZINHO a adquirir, alienar, hipotecar ou gravar com quaisquer ônus reais os bens imóveis do Instituto;

IX - aprovar o orçamento do PREVICARAZINHO.

Art. 16. São atribuições do Presidente do Conselho Deliberativo:

I - dirigir e coordenar as atividades do Conselho;

II - convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;

III - visar o balanço e as contas anuais do PREVICARAZINHO.

Seção III - Do Conselho Fiscal

Art. 17. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão financeira e administrativa do PREVICARAZINHO.

Art. 18. O Conselho Fiscal será composto de 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, 2 (dois) serão designados pelo Poder Executivo, sendo que um dos membros deverá ser obrigatoriamente servidor público municipal inativo, e 3 (três) serão escolhidos mediante processo eleitoral pelos segurados do PREVICARAZINHO.

§ 1º O Presidente do Conselho e seu suplente deverão, necessariamente, ser segurados do PREVICARAZINHO e serão escolhidos entre seus membros.

§ 2º O suplente do Presidente do Conselho Fiscal substituirá o titular na sua ausência ou impedimento temporário, devendo ser indicado novo titular para cumprir o restante do mandato no caso de vacância por qualquer motivo.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente mediante convocação de seu Presidente, uma vez a cada bimestre civil e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, ou por 2 (dois) ou mais membros, sendo o quorum mínimo para a instalação de reunião o de 3 (três) membros, ficando assegurada a participação dos membros do conselho nas sessões sem prejuízo de suas funções do cargo efetivo.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por, no mínimo, 3 (três) votos favoráveis.

§ 5º Aplica-se aos membros do Conselho Fiscal, no que couber, o disposto nos (parágrafos) 5, 6, 7 e 8 do artigo 14 desta Lei.

§ 6º Os membros do Conselho Fiscal, bem como os respectivos suplentes, não receberão qualquer espécie de

remuneração.

§ 7º Para compor o conselho Fiscal os membros deverão satisfazer as seguintes exigências:

- I - ter estabilidade, em se tratando de servidor ativo;
- II - pelo menos um conselheiro deverá possuir formação em curso superior de ensino, ou, no mínimo, em curso médio de contabilidade;
- III - não ter incorrido em falta apurada em processo administrativo findo nem em condenação criminal transitada em julgado;
- IV - apresentar certidão negativa judicial, de processo administrativo disciplinar e criminal.

Art. 19. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - elaborar, aprovar e alterar o seu Regulamento Interno;
- II - examinar os balancetes e balanços do PREVICARAZINHO, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;
- III - examinar livros e documentos;
- IV - examinar quaisquer operações ou atos do Órgão Gestor e de seus membros;
- V - emitir parecer sobre os negócios ou atividades do PREVICARAZINHO;
- VI - fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;
- VII - solicitar, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;
- VIII - lavrar atas de suas reuniões, dos pareceres e das inspeções e vistorias procedidas;
- IX - remeter ao Conselho Deliberativo, anualmente, ou quando entender necessário, parecer sobre as contas e balancetes do PREVICARAZINHO;
- X - sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas;
- XI - convocar os membros do Órgão de Gestão para reuniões de esclarecimentos de assuntos do PREVICARAZINHO.
- XII - dar publicidade aos segurados, bimestralmente, das atividades de fiscalização do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III - DOS SEGURADOS E DEPENDENTES

Art. 20. São segurados do PREVICARAZINHO: **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 199, de 20.04.2016](#))

- I - o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas;
 - II - o servidor público inativo, aposentado pelo Município em cargo efetivo nos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações.
- § 1º Fica excluído do disposto no caput deste artigo o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado.
- § 2º Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.
- § 3º A perda da condição de segurado do PREVICARAZINHO ocorrerá nas hipóteses:
- I - morte;
 - II - exoneração ou demissão;
 - III - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;
 - IV - na hipótese do art. 21, II, depois de decorrido o prazo referido no § 3º do mesmo artigo.
- Parágrafo único.** A perda da condição de segurado nos casos dos incisos II a IV implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

~~Art. 20. São segurados do PREVICARAZINHO:~~

- ~~I - o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas;~~
- ~~II - os aposentados nos cargos citados neste artigo; e~~
- ~~III - os pensionistas;~~
- ~~§ 1º Fica excluído do disposto no caput deste artigo o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado.~~
- ~~§ 2º Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.~~
- ~~§ 3º O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal filia-se ao PREVICARAZINHO.~~
- ~~§ 4º A perda da condição de segurado do PREVICARAZINHO ocorrerá nas hipóteses de morte, exoneração ou demissão: (redação original)~~

Art. 21. Permanece filiado ao PREVICARAZINHO, na qualidade de segurado, o servidor titular de cargo efetivo que estiver: **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 199, de 20.04.2016](#))

- I - cedido a órgão ou entidade da administração direta e indireta de outro ente federativo, com ou sem ônus para o Município;
 - II - afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem recebimento de remuneração, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, observado o prazo previsto no § 3º deste artigo.
 - III - durante o afastamento do cargo efetivo para o Exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, nos termos do [art. 38 da Constituição Federal](#);
 - IV - afastado ou licenciado do cargo efetivo, desde que considerados como de efetivo exercício e com o recebimento de remuneração, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- § 1º O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça, concomitantemente, o mandato filia-se ao PREVICARAZINHO, pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, pelo mandato eletivo.
- § 2º Exclusivamente nas hipóteses dos incisos I, III e IV, o período em que permanecer o servidor afastado ou licenciado será computado para efeito de aposentadoria.
- § 3º Na hipótese do inciso II, o servidor mantém a qualidade de segurado pelo prazo de até dois anos consecutivos.
- § 4º Na hipótese referida no parágrafo anterior, a manutenção da filiação somente assegura direito ao benefício de pensão por morte, a ser concedido aos dependentes do segurado, ficando vedado o cômputo de tempo de afastamento para efeito de aposentadoria.

Art. 21. Permanece filiado ao PREVICARAZINHO, na qualidade de segurado, o servidor titular de cargo efetivo que estiver:

- I — cedido a órgão ou entidade da administração direta e indireta de outro ente federativo, com ou sem ônus para o Município;
 - II — afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo sem recebimento de remuneração pelo Município e somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento, para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições de que trata o inciso I do art. 27;
 - III — durante o afastamento do cargo efetivo para o Exercício de mandato eletivo; e
 - IV — durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.
- § 1º O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça, concomitantemente, o mandato filia-se ao PREVICARAZINHO, pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social — RGPS, pelo mandato eletivo.
- § 2º A contribuição a que se refere o inciso II deste artigo será recolhida diretamente pelo servidor. (redação original)

Art. 22. O servidor efetivo requisitado da União, do Estado, do Distrito Federal ou de outro Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Art. 23. São considerados dependentes: **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 199, de 20.04.2016](#))

I - o cônjuge, o companheiro ou companheira, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência grave ou intelectual ou mental;

II - o pai e a mãe quando inválidos, ou ao completar setenta anos de idade, desde que não possuam rendimentos em valor igual ou superior a um salário-mínimo, e vivam sob a dependência econômica do segurado;

III - irmão não emancipado, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência grave ou intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente, reconhecidas antes de completarem vinte e um anos de idade, que viva sobre a dependência econômica do segurado.

§ 1º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável, nos termos da Lei Civil, com o segurado ou segurada.

§ 2º Equipara-se à condição de filho, para efeitos desta Lei, o enteado, sob guarda e o tutelado, não emancipados e menores de 21 anos de idade ou inválidos, que vivam sob a dependência econômica do segurado e que não possuam bem ou recursos suficientes para o próprio sustento, nem amparo de outro órgão previdenciário, e residam e vivam a expensas do segurado.

§ 3º A dependência econômica das pessoas mencionadas no inciso I é presumida e nos incisos II e III deverá ser comprovada por ocasião da inscrição de dependente.

§ 4º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito ao benefício os das classes seguintes.

§ 5º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§ 6º A perda da qualidade de dependente ocorre:

I - para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada à prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o servidor ou servidora, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se inválidos ou que tenham deficiência grave ou intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente, reconhecidas antes de completarem vinte e um anos de idade, ou pela emancipação nos casos previstos no [art. 5º, parágrafo único, Código Civil](#);

IV - para as pessoas indicadas nos incisos II e III e no § 2º do art. 23, pela cessação da dependência econômica;

V - para o inválido, pela cessação da invalidez ou com deficiência intelectual ou mental, pela cessação da deficiência;

VI - para os dependentes em geral, pelo falecimento.

§ 7º A forma de comprovação, positiva ou negativa, das condições e requisitos de que tratam os parágrafos anteriores será estabelecida no Regulamento Interno com aprovação do Conselho Deliberativo, admitidas à justificação administrativa e a justificação judicial.

Art. 23. São considerados dependentes:

- I — o cônjuge, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido;
 - II — a companheira ou o companheiro que viva sob a dependência econômica do segurado;
 - III — o pai e a mãe quando inválidos, ou ao completar setenta anos de idade, desde que não possuam rendimentos em valor igual ou superior a um salário-mínimo, e vivam sob a dependência econômica do segurado;
 - IV — irmão não emancipado, menor de 21 anos ou inválido que viva sobre a dependência econômica do segurado.
- § 1º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável, nos termos da Lei Civil, com o segurado ou segurada.
- § 2º Equipara-se à condição de filho, para efeitos desta Lei, o enteado, sob guarda e o tutelado, não emancipados e menores de 21 anos de idade ou inválidos, que vivam sob a dependência econômica do segurado e que não possuam bem ou recursos suficientes para o próprio sustento, nem amparo de outro órgão previdenciário, e residam e vivam às expensas do segurado.
- § 3º A dependência econômica das pessoas mencionadas no inciso I é presumida e nos incisos II, III e IV deverá ser comprovada por ocasião da inscrição de dependente.
- § 4º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito ao benefício os das classes seguintes.
- § 5º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.
- § 6º A perda da qualidade de dependente ocorre:
- I — para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada à prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado;
 - II — para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o servidor ou servidora, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;
 - III — para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se inválidos, ou pela emancipação;
 - IV — para as pessoas indicadas nos incisos II, III e IV e no § 2º do art. 23, pela cessação da dependência

econômica;

— V — para o inválido, pela cessação da invalidez;

— VI — para os dependentes em geral, pelo falecimento;

— § 7º A forma de comprovação, positiva ou negativa, das condições e requisitos de que tratam os parágrafos anteriores será estabelecida no Regulamento Interno com aprovação do Conselho Deliberativo, admitidas a justificação administrativa e a justificação judicial: *(redação original)*

CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Seção I - Do Patrimônio

Art. 24. O patrimônio do Instituto de Previdência dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município de Carazinho - PREVICARAZINHO - será constituído de:

- I - bens móveis, imóveis, valores e rendas;
- II - bens e direitos que, a qualquer título, sejam lhe adjudicados e transferidos.

Art. 25. A alienação de bens imóveis do patrimônio do PREVICARAZINHO, deverá ser precedida de autorização do Conselho Deliberativo e, na forma da Lei, pela Câmara de Vereadores.

Art. 26. No caso de extinção, do PREVICARAZINHO, o seu patrimônio e a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos e a conceder, passarão integralmente ao Município de Carazinho, ficando o mesmo isento de qualquer tipo de restituição aos segurados e beneficiários.

Seção II - Das Receitas

Art. 27. As receitas do Instituto de Previdência dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município de Carazinho serão constituídas dos seguintes ativos:

- I - receita das contribuições dos servidores municipais titulares de cargo de provimento efetivo da Administração Direta e Indireta do Município e do Poder Legislativo;
- II - receita das contribuições dos servidores aposentados e pensionistas;
- III - receitas das contribuições dos órgãos do Poder Público Municipal, de origem do servidor segurado ativo, inativo e pensionista;
- IV - receitas provenientes de aplicações financeiras;
- V - receitas patrimoniais, extraordinárias e de correção monetária;
- VI - receitas de outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;
- VII - dos bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;
- VIII - receitas das transferências oriundas da compensação financeira entre os regimes previdenciários;
- IX - das transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;
- X - receitas provenientes de contribuição patronal referentes ao financiamento do Passivo Atuarial;
- XI - de outras receitas, doações e legados.

§ 1º No caso de cessão de servidores do Município para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados ou de outro Município, com ônus para o cessionário, inclusive para o Exercício de mandato eletivo, será de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício o recolhimento e repasse das contribuições devidas pelo Município, conforme art. 34.

§ 2º O desconto e repasse da contribuição devida pelo servidor ao PREVICARAZINHO, prevista art. 34, será de responsabilidade:

- I - do Município, no caso de o pagamento da remuneração ou subsídio do servidor continuar a ser feito na origem; ou
- II - do órgão cessionário, na hipótese de a remuneração do servidor ocorrer à conta desse, além da contribuição prevista no § 1º.

§ 3º No termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o órgão cessionário, será prevista a responsabilidade desse pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao PREVICARAZINHO, conforme valores informados mensalmente pelo Município.

Art. 28. Nas hipóteses de cessão ou afastamento de servidor, de que trata o do art. 21, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração ou subsídio do cargo de que o servidor é titular conforme previsto no art. 34.

§ 1º Nos casos de que trata o *caput* deste artigo, as contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas até o dia 15 (quinze) do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia 15 (quinze).

§ 2º Na hipótese de alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

Art. 29. A contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita as correções do parágrafo único do art. 39 parágrafo único.

TÍTULO II - DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. O Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Município de Carazinho é de caráter contributivo e de filiação obrigatória.

Art. 31. Os princípios e as normas para o funcionamento deste regime próprio da Previdência, serão baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, revisto anualmente, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

- I - realização de avaliação atuarial em cada balanço anual, bem como de auditoria independente, se for o caso, utilizando parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;
- II - garantir a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial das operações, mediante recursos provenientes da contribuição do segurado e dos órgãos do Poder Público municipal;
- III - cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a seus respectivos dependentes, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios com Estado ou Município;
- IV - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto

de discussão e deliberação;

V - proceder aos registros contábeis individualizados das contribuições de cada servidor e dos respectivos recursos provenientes do Tesouro Municipal;

VI - identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativos e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagas;

VII - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES

Art. 32. A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 33. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica.

§ 2º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente, conforme Regulamento interno;

§ 3º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

Seção I - Da Contribuição

Art. 34. A contribuição previdenciária dos servidores públicos municipais de que trata o inciso I do art. 27 será de 11% (onze por cento) incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

§ 1º Entende-se como remuneração de contribuição o subsídio ou remuneração do cargo ou função, constituída pelo vencimento acrescido das gratificações, dos adicionais de caráter individual e por tempo de serviço e de vantagens pessoais, incorporadas ou não à remuneração do servidor, excluídos: **(NR)** *(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 123, de 09.04.2008)*

I - as diárias para viagens, desde que não excedam a cinquenta por cento da remuneração mensal;

II - a ajuda de custo;

III - a indenização de transporte;

IV - o salário-família;

V - o auxílio-alimentação;

VI - o abono de permanência de que trata o [art. 73, desta Lei](#).

§ 2º O segurado ativo poderá optar pela inclusão na remuneração de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho e função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido.

§ 3º A contribuição previdenciária de que trata o inciso II do art. 27 será de 11% (onze por cento) incidente sobre a parcela que supere o valor de R\$ 2.894,28 (Dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos) dos seguintes benefícios:

I - aposentadorias e pensões concedidas com base nos critérios estabelecidos nos [artigos 43, 44, 45, 46, 56, 68, 69, 70, e 71](#).

II - os benefícios concedidos aos segurados e seus dependentes que tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios com base nos critérios da legislação vigente até 31 de dezembro de 2003, conforme previsto no [art. 71](#).

§ 4º A contribuição incidente sobre o benefício de pensão terá como base de cálculo o valor total desse benefício, conforme [art. 56](#) e [71](#), antes de sua divisão em cotas, respeitada a faixa de incidência de que trata o *caput* deste artigo.

§ 5º O valor da contribuição é calculado conforme o parágrafo quarto será rateado para os pensionistas, na proporção de sua cota parte.

~~Art. 34. (...)~~

~~§ 1º Entende-se como remuneração de contribuição o subsídio ou remuneração do cargo ou função, constituída pelo vencimento acrescido das gratificações, dos adicionais de caráter individual e por tempo de serviço e de vantagens pessoais, incorporadas ou não à remuneração do servidor, inclusive as relativas à natureza ou ao local de trabalho, excluídos:~~

~~I - as diárias para viagens, desde que não excedam a cinquenta por cento da remuneração mensal;~~

~~II - a ajuda de custo;~~

~~III - a indenização de transporte;~~

~~IV - o salário-família;~~

~~V - o auxílio-alimentação;~~

~~VI - o abono de permanência de que trata o [art. 57, desta Lei](#); *(redação original)*~~

Art. 35. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do artigo 27 será de 22,00% (Vinte e dois por cento) incidentes sobre a totalidade da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos, e incidente também, sobre o total da folha referente a parcela dos proventos e pensão no que supere o valor de R\$ 2.894,28 (dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos) de cada órgão de origem.

§ 1º A contribuição de que trata o *caput* deste artigo será repassada para o PREVICARAZINHO, de cada órgão de origem relacionado aos seus respectivos servidores aposentados e pensionistas.

§ 2º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 36. A contribuição previdenciária de que trata o inciso X do artigo 27 será fixada conforme determinação do cálculo atuarial e será equivalente ao valor normatizado e fixado através de Lei Complementar Municipal específica para este fim. **(Vide LC 206/2017) (NR)** *(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 207, de 04.08.2017)*

~~Art. 36. A contribuição previdenciária referente ao Custo Suplementar Atuarial necessária para financiamento do Passivo Atuarial de que trata o [inciso X do artigo 27, da Lei Complementar nº 115/07](#), de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, nos termos desta Lei Complementar, será fixada e~~

aplicada conforme o seguinte escalonamento: **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 201](#), de 13.07.2016)

- I — No Exercício de 2016, alíquota suplementar de 39,00% (trinta e nove por cento);
- II — No Exercício de 2017, alíquota suplementar de 42,50% (quarenta e dois vírgula cinquenta por cento);
- III — No Exercício de 2018, alíquota suplementar de 44,50% (quarenta e quatro vírgula cinquenta por cento);
- IV — No Exercício de 2019, alíquota suplementar de 46,50% (quarenta e seis vírgula cinquenta por cento);
- V — No Exercício de 2020, alíquota suplementar de 48,50% (quarenta e oito vírgula cinquenta por cento);
- VI — No Exercício de 2021, alíquota suplementar de 50,50% (cinquenta vírgula cinquenta por cento);
- VII — No Exercício de 2022, alíquota suplementar de 52,50% (cinquenta e dois vírgula cinquenta por cento); e
- VIII — No Exercício de 2023 até o final do Exercício de 2044, alíquota suplementar de 64,98% (sessenta e quatro vírgula noventa e oito por cento).

Art. 36. A contribuição previdenciária referente ao Custo Suplementar Atuarial necessária para financiamento do Passivo Atuarial de que trata o inciso X do artigo 27, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuintes dos servidores ativos, inativos e pensionistas, nos termos desta Lei Complementar, será fixada e aplicada conforme o seguinte escalonamento: **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 192](#), de 16.07.2015)

- I — No Exercício de 2015 alíquota suplementar de 37,50% (trinta e sete vírgula cinquenta por cento);
- II — No Exercício de 2016 alíquota suplementar de 39,00% (trinta e nove por cento);
- III — No Exercício de 2017 alíquota suplementar de 42,50% (quarenta e dois vírgula cinquenta por cento);
- IV — No Exercício de 2018 alíquota suplementar de 44,50% (quarenta e quatro vírgula cinquenta por cento);
- V — No Exercício de 2019 alíquota suplementar de 46,50% (quarenta e seis vírgula cinquenta por cento);
- VI — No Exercício de 2020 alíquota suplementar de 48,50% (quarenta e oito vírgula cinquenta por cento);
- VII — No Exercício de 2021 alíquota suplementar de 50,50% (cinquenta vírgula cinquenta por cento);
- VIII — No Exercício de 2022 alíquota suplementar de 52,50% (cinquenta e dois vírgula cinquenta por cento); e
- IX — No Exercício de 2023 até o final do Exercício de 2044 alíquota suplementar de 56,92% (cinquenta e seis vírgula noventa e dois por cento).

Art. 36. A contribuição previdenciária referente ao Custo Suplementar Atuarial necessária para o financiamento do Passivo Atuarial de que trata o inciso X do artigo 27, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuintes dos servidores ativos, inativos e pensionistas, nos termos desta Lei Complementar, será fixada e aplicada conforme o seguinte escalonamento: **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 169](#), de 18.06.2013)

- I — no Exercício de 2013, alíquota suplementar de 30,50% (trinta vírgula cinquenta por cento);
- II — no Exercício de 2014, alíquota suplementar de 34,20% (trinta e quatro vírgula vinte por cento);
- III — no Exercício de 2015, alíquota suplementar de 37,50% (trinta e sete vírgula cinquenta por cento);
- IV — no Exercício de 2016 até o exercício 2044, alíquota suplementar de 38,66% (trinta e oito vírgula sessenta e seis por cento).

Art. 36. A contribuição previdenciária de que trata o inciso X do artigo 27, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, referente ao financiamento do passivo atuarial, será fixada por aportes mensais devendo ser finalizado no mês de dezembro de 2044 e se dará conforme Tabela I anexa a esta Lei Complementar: **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 165](#), de 17.12.2012)

— § 1º Os valores constantes na tabela I em anexo estão sendo considerados mensais em número de 13 parcelas anuais, coincidindo o recolhimento da última parcela com a data do pagamento do 13º salário do ano correspondente.

— § 2º Os valores constantes na tabela I em anexo estão expressos em reais e deverão ser reajustados mensalmente pela variação positiva do índice de preços ao consumidor (INPC) emitido pelo IBGE ou outro índice de preços que venha a substituí-lo.

— § 3º Os valores constante na tabela I, em anexo, deverão ser revistos anualmente por ocasião da elaboração do Cálculo Atuarial ou por indicação do atuário a qualquer tempo.

— § 4º O repasse referente ao Exercício de 2012 será realizado conforme Tabela II, que é parte integrante desta Lei.

Art. 36. A contribuição previdenciária de que trata o [inciso X do artigo 27](#), de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, referentes ao financiamento do passivo atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuintes dos servidores ativos, inativos e pensionistas, nos termos desta Lei Complementar, durante um período de 420 (quatrocentos e vinte) meses, a contar da publicação desta Lei, se dará conforme o seguinte escalonamento: **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 135](#), de 26.11.2009)

- I — No Exercício de 2010, alíquota suplementar de 21,70% (vinte e um inteiros e setenta centésimos por cento);
- II — no Exercício de 2011, alíquota suplementar de 27,30% (vinte e sete inteiros e trinta centésimos por cento);
- III — no Exercício de 2012, alíquota suplementar de 32,90% (trinta e dois inteiros e noventa centésimos por cento);
- IV — no Exercício de 2013 até o exercício 2044, alíquota suplementar de 38,52% (trinta e oito inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento).

Art. 36. Contribuição previdenciária de que trata o [inciso X do artigo 27](#) será fixada conforme determinação do Cálculo Atuarial e será equivalente ao valor normatizado e fixado através da Lei Municipal: (redação original)

Art. 37. A contribuição é incidente também sobre a gratificação natalina.

Art. 38. Anualmente os percentuais de contribuição serão reavaliados pelo cálculo atuarial, de modo a garantir o equilíbrio entre o Plano de Custeio e do Plano de Benefícios, e em caso de alteração o mesmo será fixado através de Lei de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 39. A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições previstas nesta Lei será do dirigente máximo do órgão ou entidade que efetuar o pagamento da remuneração, subsídio ou benefício e ocorrerá até o dia 10 (dez) do mês subsequente. **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 177](#), de 30.12.2013)

Art. 39. A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições previstas nesta Lei será do dirigente máximo do órgão ou entidade que efetuar o pagamento da remuneração, subsídio ou benefício e ocorrerá no mesmo dia em que ocorrer o crédito correspondente.

— **Parágrafo único.** O atraso no recolhimento das contribuições, implicará na correção dos valores pela variação do INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período, ou pelo índice que o vier a substituir e juros de

CAPÍTULO III - DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 40. O Plano de Custeio do PREVICARAZINHO é constituído pelas receitas previstas no art. 27 desta Lei.

Art. 41. As receitas do PREVICARAZINHO serão utilizadas exclusivamente para pagamentos de benefícios dos segurados, dependentes e despesas administrativas.

§ 1º Inclui-se nas despesas administrativas referidas no *caput* deste artigo, a remuneração do Presidente e do Diretor Administrativo/Financeiro e demais direitos decorrentes da relação de trabalho.

§ 2º A taxa de administração será de dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao PREVICARAZINHO, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que:

I - será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do PREVICARAZINHO, inclusive para a conservação do seu patrimônio;

II - na verificação da utilização dos recursos destinados à taxa de administração, não serão computadas as despesas diretamente decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros, conforme previsto em norma do Conselho Monetário Nacional;

III - o PREVICARAZINHO poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.

CAPÍTULO IV - DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 42. O PREVICARAZINHO compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria por idade;
- e) auxílio-doença;
- f) salário-maternidade; e
- g) salário-família.

II - Quanto ao dependente:

- a) pensão por morte; e
- b) auxílio-reclusão.

Seção I - Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de readaptação para o Exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, e ser-lhe-á paga a partir da data do Ato Inativatório. **(NR)** (caput com redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 177, de 30.12.2013](#))

§ 1º Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no [art. 74](#).

§ 2º Os proventos, quando proporcionais ao tempo de contribuição, não poderão ser inferiores ao salário mínimo.

§ 3º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 4º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão; e
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 5º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo primeiro, as seguintes: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; Esclerose Múltipla, hepatopatia - Fibrose e Cirrose Hepática. **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 125, de 03.07.2008](#))

§ 7º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial do órgão competente.

§ 8º O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental (alienação mental), que torne o servidor incapaz de gerir os atos da vida civil, somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório. **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei](#)

§ 9º O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno.

Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, e ser-lhe-á paga a partir da data do laudo médico pericial que declarar a incapacidade e enquanto permanecer nessa condição:

— **§ 6º** Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo primeiro, as seguintes: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida — Aids; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia.

— **§ 8º** O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório. (redação original)

Seção II - Da Aposentadoria Compulsória

Art. 44. O segurado será aposentado compulsoriamente aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no [art. 74](#), não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional. **(NR)** (caput com redação estabelecida pelo [art. 2º da Lei Complementar nº 207](#), de 04.08.2017)

Parágrafo único. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Art. 44. O segurado será aposentado aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no [art. 74](#), não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional. (redação original)

Seção III - Da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 45. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no [art. 74](#), desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I** - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
- II** - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
- III** - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se função de magistério a atividade docente do professor exercida exclusivamente em sala de aula.

Seção IV - Da Aposentadoria por Idade

Art. 46. O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no [art. 74](#), desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I** - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
- II** - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
- III** - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

Seção V - Do Auxílio-Doença

Art. 47. O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de sua última remuneração.

§ 1º Será concedido auxílio-doença, a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica que definirá o prazo de afastamento.

§ 2º Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§ 3º Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração.

§ 4º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

Art. 48. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de readaptação para exercício do seu cargo, ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, será aposentado por invalidez.

Seção VI - Do Salário-Maternidade

Art. 49. Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2º O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual à última remuneração da segurada.

§ 3º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4º O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

Art. 50. À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:

- I - 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade;
- II - 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e
- III - 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

Seção VII - Do Salário-Família

Art. 51. Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado ativo que receba remuneração igual ou inferior a R\$ 654,67 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) na proporção do número de filhos e equiparados, nos termos do [parágrafo 2º do art. 21](#), de até quatorze anos ou inválidos.

§ 1º O valor limite referido no *caput* deste artigo, será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 2º O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do sexo feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

Art. 52. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição é de:

- I - R\$ 22,34 (vinte e dois reais e trinta e quatro centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 435,56 (quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos);
- II - R\$ 15,74 (quinze reais e setenta e quatro centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 435,56 (quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e igual ou inferior a R\$ 654,67 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Art. 53. Quando pai e mãe forem segurados do PREVICARAZINHO, ambos terão direito ao salário-família.

Art. 54. O pagamento do salário-família está condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

Art. 55. O salário-família não se incorporará à remuneração ou ao benefício para qualquer efeito.

Seção VIII - Da Pensão por Morte

Art. 56. A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, definidos no [art. 23](#), quando do seu falecimento, correspondente à: **(NR)** *(redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 199](#), de 20.04.2016)*

I - totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; ou

II - totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

§ 1º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

- I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e
- II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 2º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

~~Art. 56. A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, definidos no [art. 23](#), quando do seu falecimento, correspondente à:~~

~~I - totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o valor de R\$ 2.894,28 (dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos), acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou~~

~~II - totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o valor de R\$ 2.894,28 (dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos), acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.~~

~~§ 1º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:~~

- ~~I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e~~
- ~~II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.~~

~~§ 2º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.~~

~~§ 3º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. (redação original)~~

Art. 57. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar: **(NR)** *(redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 199](#), de 20.04.2016)*

- I - do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste;
- II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;
- III - da decisão judicial, no caso de morte presumida;
- IV - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

~~Art. 57. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:~~

- ~~I - do dia do óbito;~~
- ~~II - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou~~
- ~~III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea. (redação original)~~

Art. 58. A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente. **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 199, de 20.04.2016](#))

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

§ 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 3º Reverterá em favor dos dependentes restantes e rateada entre eles a parte do benefício daqueles cujo direito à pensão cessar.

§ 4º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 23 desta Lei.

~~Art. 58. A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.~~

~~— § 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.~~

~~— § 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação. (redação original)~~

Art. 59. O beneficiário da pensão provisória de que trata o § 1º do art. 56 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do PREVICARAZINHO o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

Art. 60. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o disposto no art. 56.

Art. 61. Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do PREVICARAZINHO, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira que só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Art. 62. A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

Art. 63. A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

Art. 64. Extingue-se o direito ao recebimento da pensão ao dependente: **(NR)** (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Complementar nº 199, de 20.04.2016](#))

I - pelo falecimento do pensionista;

II - para o filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, que completarem 21 anos, exceto se inválido ou com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, que emancipar-se nos casos previstos no [art. 5º, parágrafo único, do Código Civil](#) ou estabelecer união estável;

III - para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, caso inválido, pela cessação da invalidez;

IV - para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, que tenham deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, pelo afastamento da deficiência, aferida em inspeção médica oficial;

V - pela anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;

VI - pelo reaparecimento do servidor desaparecido;

VII - para o cônjuge ou companheiro (a) pela cessação da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido, o afastamento da deficiência, em se tratando de beneficiário com deficiência, ou o levantamento da interdição, em se tratando de beneficiário com deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "a" e "b" do inciso X;

VIII - pela acumulação de pensão na forma do art. 61;

IX - pela renúncia expressa;

X - em relação aos beneficiários de que tratam os incisos I e II do caput do art. 23:

a) pelo decurso de 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do servidor;

b) pelo decurso dos seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor, depois de veridas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 1º A critério da administração, o beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das referidas condições.

§ 2º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida no inciso VII ou os prazos previstos na alínea "b" do inciso X, ambos do caput, se o óbito do servidor decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), desde que averbado junto ao ente será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais referidas nas alíneas "a" e "b" do inciso X deste artigo.

§ 4º Perde o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurado.

§ 5º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial.

~~Art. 64. Extingue-se o direito ao recebimento da pensão ao dependente:~~

~~— I - pelo falecimento do pensionista;~~

- ~~II - para o filho ou irmão que completarem 21 anos, exceto se inválido, que se casar, emancipar-se ou estabelecer união estável;~~
- ~~III - pelo reaparecimento do servidor desaparecido;~~
- ~~IV - para o inválido, pela cessação da invalidez; (redação original)~~

Art. 65. A pensão ficará extinta ao findar o direito do último pensionista remanescente.

Seção IX - Do Auxílio-Reclusão

Art. 66. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal, concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido à prisão que tenha remuneração igual ou inferior a R\$ 654,67 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), que não perceber remuneração dos cofres públicos e corresponderá à última remuneração do segurado no cargo efetivo.

§ 1º O valor limite referido no *caput* deste artigo será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 2º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao PREVICARAZINHO pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

§ 9º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

CAPÍTULO V - DO ABONO ANUAL

Art. 67. O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade ou auxílio-doença pagos pelo PREVICARAZINHO.

Parágrafo único. O abono de que trata o *caput* deste artigo será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo PREVICARAZINHO, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

CAPÍTULO VI - DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 68. Ao segurado do PREVICARAZINHO que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentação com proventos calculados de acordo com o art. 74 quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação da

[Emenda Constitucional nº 41/03](#), faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo [art. 45](#) e § 1º, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* deste artigo até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* deste artigo a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O segurado professor que, até a data de publicação da [Emenda Constitucional nº 20](#), de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput* deste artigo, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º As aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 75.

Art. 69. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no [art. 45](#), ou pelas regras estabelecidas pelo art. 68, o segurado do PREVICARAZINHO que tiver ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 1º do [art. 45](#), vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no [art. 37, XI, da Constituição Federal](#), sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 70. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 45 ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 68 e 69 desta Lei, o servidor, que tenha ingressado no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade do art. 45, III, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 72, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 71. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no [inciso XI do art. 37 da Constituição Federal](#).

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput* deste artigo, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 72. Observado o disposto no [art. 37, XI, da Constituição Federal](#), os proventos de aposentadoria dos segurados do PREVICARAZINHIO, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo [art. 57](#), serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

CAPÍTULO VII - Do Abono Permanência

Art. 73. O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos art. 45 e 68 e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no [art. 44](#).

§ 1º O abono previsto no *caput* deste artigo será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data de publicação da [Emenda Constitucional nº 41](#), de 19 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 74, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos, se homem.

§ 2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no *caput* deste artigo e § 1º, mediante opção pela permanência em atividade.

CAPÍTULO VIII - DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 74. No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos [art. 43](#), [44](#), [45](#), [46](#) e [68](#) será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 2º Nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 4º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 5º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário-mínimo;

II - superiores ao limite máximo do salário de contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 6º As maiores remunerações de que trata o *caput* deste artigo serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º.

§ 7º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a

regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 8º Os proventos, calculados de acordo com o *caput* deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, observado o disposto no art. 82.

§ 9º Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

§ 10. Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme [inciso III do art. 45](#), não se aplicando a redução de que trata o § 1º do mesmo artigo.

§ 11. A fração de que trata o *caput* deste artigo será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme este artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 8º.

§ 12. Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

Art. 75. Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os [art. 43, 44, 45, 46 e 68](#) serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.)

TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 76. Fica o Município e a Câmara Municipal autorizados a cederem servidores de seus quadros para exercerem as atividades do Órgão Gestor da Previdência Municipal - PREVICARAZINHO.

Art. 77. O orçamento, a escrituração contábil e a prestação de contas do PREVICARAZINHO, obedecerão às disposições contidas na [Lei 4.320](#) de 17 de março de 1964 e demais disposições.

Art. 78. A movimentação das contas bancárias do PREVICARAZINHO, serão autorizadas conjuntamente pelo Presidente e pelo Diretor Administrativo/Financeiro do PREVICARAZINHO.

Art. 79. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ou destinar bens móveis necessários e suficientes à organização e funcionamento inicial do PREVICARAZINHO.

Parágrafo único. As despesas previstas no *caput* deste artigo serão suportadas pelas rubricas da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 80. Na aplicação desta Lei serão observados, entre outros, os seguintes conceitos:

I - BENEFÍCIOS: compreendem as aposentadorias, as pensões, os salários maternidades, os salários famílias, auxílios doença e os auxílios reclusão;

II - SEGURADO: é a pessoa física legalmente investida em cargo público efetivo municipal, da Administração Direta, Indireta do Município e do Poder Legislativo;

III - SEGURADO INATIVO: é o segurado aposentado pelo Instituto de Previdência do Município de Carazinho - PREVICARAZINHO;

IV - BENEFICIÁRIO: compreende tanto o segurado quanto o dependente;

V - ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL: compreendem os órgãos empregadores da Administração Centralizada, Autárquica, Fundacional e da Câmara Municipal.

Art. 81. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 82. Ressalvado o disposto, nos [artigos 43 e 44](#), a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 83. Para fins de concessão de aposentadoria pelo PREVICARAZINHO é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 84. Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 85. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da [Constituição Federal](#), será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do PREVICARAZINHO.

Art. 86. Prescreve em 5 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo PREVICARAZINHO, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do [Código Civil](#).

Art. 87. O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se, a cada 2 (dois) anos, a exame médico a cargo do órgão competente.

Art. 88. Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

I - ausência, na forma da lei civil;

II - moléstia contagiosa; ou

III - impossibilidade de locomoção.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

Art. 89. Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

- I - a contribuição prevista no [inciso I e II do art. 27](#);
- II - o valor devido pelo beneficiário ao Município;
- III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo PREVICARAZINHO;
- IV - o imposto de renda retido na fonte;
- V - a pensão alimentícia prevista em decisão judicial;
- VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários; e
- VI - outros descontos ou contribuições definidas em lei ou autorizadas pelos beneficiários.

Art. 90. Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário-mínimo.

Art. 91. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor do PREVICARAZINHO, relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de subsídios, remunerações e contribuições respectivas.

Art. 92. Aplica-se, no que couber, a regra estabelecida no [artigo 40 da Constituição Federal](#) e [Emendas Constitucionais 20, 41 e 47](#), devendo o Poder Executivo regulamentá-la através de Regulamento Interno no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 93. Os Conselhos já constituídos pela [Lei Complementar nº 62](#), de 29 de outubro de 2001 permanecerão em atividade até 31/12/2009.

Art. 94. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 95. Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a [Lei Complementar nº 62](#), de 29 de outubro de 2001.

Gabinete do Prefeito, 27 de dezembro de 2007.

VILSON PAESE
Prefeito em exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE NO PAINEL DE
Publicações da Prefeitura:

ISOLDE MARIA DIAS
Secretária da Administração
ATUARIO/IMD